



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO CONTINUADA: as
coordenações semanais em uma Gerência de Educação Básica**

Lílian Alessandra Sant'Ana Soares Pova

Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes
Professora monitora-orientadora Mestre Maria Antônia Honório Tolentino

Brasília, 18 de maio de 2013

Lílian Alessandra Sant'Ana Soares Pova

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: E FORMAÇÃO CONTINUADA: as
coordenações semanais em uma Gerência de Educação Básica**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes e da Professora monitora-orientadora Mestre Maria Antônia Honório Tolentino.

TERMO DE APROVAÇÃO

Lílian Alessandra Sant'Ana Soares Povia

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: E FORMAÇÃO CONTINUADA: as coordenações semanais em uma Gerência de Educação Básica

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

<hr/>	
<hr/>	
Professora-orientadora Dra. Rosana César de Arruda Fernandes UnB/SEDF	Professora monitora-orientadora Mestre Maria Antônia Honório Tolentino– UnB/SEDF
(Professora-orientadora)	(Monitora-orientadora)

Professor Mestre Evanilson Araújo Santos – SEDF
(Examinador externo)

Brasília, 18 de maio de 2013

DEDICO

Ao Meu querido pai Victor Soares com sua excepcional coragem e fé na vida, motivador de toda minha caminhada e busca pelo conhecimento, exemplo de persistência e perseverança. Saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e benção da superação, aos meus pais pela educação e amor que me dedicaram sempre acreditando na educação como ponte para o conhecimento e uma vida melhor.

Aos colegas de trabalho, Maura Leles, Cleison Ferreira , Marizeth Ribeiro e todos os outros que motivaram, ajudaram e acreditaram em mim.

Aos professores, tutores e orientadores da UnB/EAPE pelo incentivo, paciência e dedicação em formar e levar seus alunos ao caminho da pesquisa científica e busca contínua pelo saber, em especial a Professora Rosana César de Arruda Fernandes, Orientadora Ana Elizabeth Maia de Albuquerque e Orientadora Maria Antônia Honório Tolentino que cuidadosamente orientou e instruiu na construção deste trabalho.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar a possível relação entre as Coordenações Pedagógicas da Gerência Regional de Educação Básica do Gama – GREB, como espaço de formação, com o trabalho realizado pelas Coordenações de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e direitos humanos que integram o quadro dessa Gerência. A metodologia adotada para investigar as implicações e ações relacionadas ao objeto dessa pesquisa que está no campo da Pesquisa Social pautou-se na abordagem qualitativa, utilizando-se como instrumentos de investigação o questionário e o grupo focal. Para responder aos questionários e participar do grupo focal foi escolhido um dos dois Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional lotados na GREB e os dois Coordenadores de Educação em Diversidade e Direitos Humanos. A Gerente da GREB participou junto aos três coordenadores do grupo focal, mostrando um olhar externo a essas duas coordenações e tornando possível melhor avaliar os relatos e trabalhos coletivos pontuados pelos coordenadores durante a realização do debate. Os pontos levantados no grupo focal e questionários sobre a formação continuada e a relação desta com o trabalho coletivo das duas coordenações, revelaram pontos importantes para esse estudo, tais como: A importância da sistematização e organização das coordenações pedagógicas para a participação do grupo, a importância da troca de experiência e interação entre os coordenadores levando ao favorecimento do trabalho coletivo realizado por estes, a importância do espaço/tempo da coordenação pedagógica ser uma construção coletiva e por isso dar aos coordenadores pertencimento e articulação no trabalho direcionado as escolas da Coordenação Regional de Ensino do Gama. As situações elencadas reafirmam a importância das Coordenações Pedagógicas como fonte motivadora e articuladora de formação continuada levando a ações que contribuem para uma educação de qualidade voltada para o processo de ensino aprendizagem.

Palavras chave: Coordenação Pedagógica, Formação Continuada, Trabalho Coletivo, Coordenador Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 METODOLOGIA: Campo de Pesquisa, Instrumentos e Interlocutores.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 Atribuições do Coordenador Pedagógico Intermediário no âmbito da SEDF.....	24
2.2 Trabalho Coletivo do âmbito das Coordenações de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos.....	25
3 ANÁLISE DE DADOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE A	47
APÊNDICE B.....	49

INTRODUÇÃO

A escola como um espaço que contempla várias dimensões de convivência possibilita a coexistência dos seus diversos atores com fatores complexos, como: cultura, aspectos sociais, políticos e econômicos. A maneira como essas relações se estabelecem na escola, determinam as implicações para uma maior/menor efetividade na prática pedagógica e, conseqüentemente, no aprendizado.

Diante das diretrizes norteadoras da educação e dos resultados esperados, se chega à importância da escola como espaço de transformação que garanta ao aluno inclusão social e cidadania, levando a um saber mais amplo e operante que subsidie sua vida como indivíduo.

Neste contexto a figura do coordenador pedagógico, destaca-se como articulador do processo democrático pedagógico, uma vez que no seu fazer torna-se mediador e motivador, do grupo docente, na busca por formação continuada e de uma construção formativa para as coordenações pedagógicas. Essa difícil tarefa torna-se possível, sensibilizando e priorizando as experiências levantadas pelos professores em sala de aula, fazendo com que a formação esteja contextualizada aos anseios do grupo e da realidade da escola. Na linha do trabalho pedagógico desenvolvido pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF, esta Secretaria possui quatorze Coordenações Regionais de Ensino que são responsáveis pelo trabalho pedagógico e administrativo realizado nas escolas públicas do DF. Dentro das Coordenações Regionais de Ensino a Gerência Regional de Educação Básica – GREB é diretamente responsável pelo trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas sendo formada por Coordenações Intermediárias que atuam junto às escolas nas diferentes modalidades de ensino e serviços desenvolvidos por elas.

Cabe então, ao coordenador pedagógico, incluindo as instâncias: Intermediário e Local, articular e promover situações de formação continuada coerentes com as realidades vivenciadas na escola, promovendo reflexão e problematização que contribuam com o processo de ensino/aprendizagem. Para

tanto se faz necessário discutir/estudar temas que envolvam essa realidade, incluindo questões relativas ao currículo, gestão democrática e avaliação.

Cabe ao coordenador pedagógico, juntamente com todos os outros educadores, exercer o “ofício de coordenar para educar” também aqui no sentido de possibilitar trocas e dinâmicas da própria essência da aprendizagem: aprender a aprender e junto com, essência do que se concebe como formação continuada de educadores. Não se trata de imaginar que cabe ao coordenador sozinho realizar tantas tarefas, mas de compreender que este, estando a serviço do grupo no encaminhamento dos objetivos de buscar superação dos problemas diagnosticados, possa promover a dinâmica coletiva necessária para o diálogo. (LIMA e SANTOS, 2007, p.84. grifos do autor)

É possível que se o trabalho pedagógico esteja articulado de forma coletiva e voltado para a formação contínua no espaço da coordenação pedagógica, este possa gerar nos atores que atuam na escola um sentimento de pertencimento e por isso maior desejo de efetividade neste trabalho. Nesse aspecto é que permeia essa pesquisa investigar se o espaço/tempo da coordenação coletiva da Gerência de Educação Básica do Gama tem oportunizado a formação continuada dos Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos, uma vez que estes estão constantemente envolvidos com as demandas e desafios apontados pelas escolas da Coordenação Regional de Ensino do Gama, tendo como prática acompanhar o trabalho desenvolvido pelos coordenadores pedagógicos das escolas, assim como Orientadores Educacionais e se necessário em caso de violação de Direitos os próprios alunos.

A educação possui especificidades, como alerta Pimenta (2009), pois se trata de situações que envolvem pessoas e não objetos, portanto necessita que o contexto social desses sujeitos seja também considerado. Sendo a educação algo vivo, que se modifica e se redefine, há que envolver um projeto.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As

promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI, 1994, p. 579)

A partir dos aspectos pontuados, essa pesquisa buscou investigar como a formação continuada, realizada nas coordenações pedagógicas semanais da GREB, poderia favorecer o trabalho coletivo entre o Coordenador Intermediário do Serviço de Orientação Educacional e dos Coordenadores da Educação em Diversidade e Direitos Humanos. Quais implicações esse trabalho coletivo poderia trazer a essas coordenações intermediárias e se essas ações poderiam colaborar com a reflexão crítica e processos transformadores da realidade escolar.

Para responder a tais questionamentos, tornou-se necessário definir como **OBJETIVO GERAL:**

- analisar como a formação continuada nas coordenações semanais da GREB poderiam favorecer o trabalho coletivo entre o Coordenador Intermediário do Serviço de Orientação Educacional e dos Coordenadores da Educação em Diversidade e Direitos Humanos.

Definida a questão central tornou-se necessário traçar **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** tais como:

- investigar se o espaço/tempo da coordenação coletiva da GREB tem oportunizado a formação continuada dos Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos;
- investigar se a formação continuada no espaço/tempo da Coordenação Pedagógica da GREB traz reflexões/mudanças à prática dos Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional e Diversidade e Direitos Humanos;
- investigar se as ações dos Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional e Diversidade e Direitos Humanos podem

colaborar com a reflexão crítica e processos transformadores da realidade escolar.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi investigado primeiramente o papel da GREB e o papel das Coordenações de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos no contexto da SEDF, assim como as Coordenações Pedagógicas dessa Gerência. Seqüencialmente, foi elaborado o referencial teórico com inferência sobre Coordenação Pedagógica, formação continuada e trabalho coletivo. Para tanto a abordagem qualitativa mostrou-se como processo de investigação adequado a orientar a pesquisa.

Problematização

A motivação à escolha do tema se deu a partir da minha realidade como orientadora educacional e pedagoga, atuando na GREB da Coordenação Regional de Ensino do Gama – CRE, onde busquei levar à Coordenação Pedagógica dessa Gerência algumas das discussões pontuadas nos fóruns das disciplinas do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica da Universidade de Brasília, iniciando essas abordagens em abril (16/04/2012) com as provocações levantadas na disciplina **Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico** ministrada pelo professor Antônio Fávero. Assistimos a um vídeo da Professora Terezinha Rios, do Departamento de Pós-Graduação da Universidade 9 de Julho, sobre **O professor e a Ética** e fizemos uma reflexão sobre a escola e a indisciplina: propondo aos demais coordenadores intermediários da GREB fazermos construções coletivas buscando uma prática mais reflexiva e democrática. Neste sentido Costa diz que

A fim de que o cotidiano escolar se torne um espaço significativo de formação profissional é importante que a prática pedagógica seja reflexiva no sentido de identificar problemas e resolvê-los e acima de tudo seja uma prática coletiva, construída por grupos de professores ou por todo corpo docente de determinada escola. Sendo assim, tem-se uma rica construção de conhecimento em que todos se sentem responsáveis por ela. (COSTA, 2007, p.71).

A partir dessas reflexões e considerando as particularidades do trabalho desenvolvido pelo Orientador Educacional nas escolas em consonância com o trabalho dos Coordenadores de Educação em Diversidade e Direitos assim como pontua a Orientação Pedagógica do Serviço de Orientação Educacional - (OP) publicada em 2010 pela SEDF e Artigo 26 A da LDB que rege o trabalho da Coordenação de Educação em Diversidade e Direitos Humanos, que surgiu a necessidade de pesquisar se essa relação coletiva também permeava a relação desses coordenadores a nível intermediário.

1 METODOLOGIA

Compreender a importância da formação continuada e o espaço para discussão e construção da identidade profissional, assim como compreender a educação dentro do contexto social em que se está inserido, segundo Gatti, (2009), são fatores importantes para a compreensão e discussão da qualidade educacional de um país.

A educação escolar pressupõe uma atuação de um conjunto geracional com outro mais jovem, ou, com menor domínio de conhecimentos ou práticas, na direção de uma formação social, moral, cognitiva, afetiva, num determinado contexto histórico. Presencialmente ou não, há pessoas participando e dando sentido a esse processo. Quando se trata de educação escolar são os professores que propiciam essa intermediação. Então, a formação de quem vai formar torna-se central nos processos educativos formais, na direção da preservação de uma civilização que contenha possibilidades melhores de vida e co-participação de todos. (GATTI, 2009, p. 90).

Participo desse cenário atuando na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) desde 2008, como Orientadora Educacional, buscando dentro da escola pública, mediar às relações entre os diversos atores da comunidade escolar, articulando a comunicação e integração desses atores a fim de contribuir com o processo de melhoria na educação. No contexto atual e com as complexidades da escola e do nosso sistema social, buscar compreender suas concepções e pressupostos, pode levar o profissional docente a desenvolver uma visão contextualizada do trabalho desenvolvido na instituição educacional.

Grinspun, (1998, p.73) mediante o contexto vivido, enumera atribuições pertinentes ao orientador:

... é necessário que o/a Orientador/a seja capaz de:

- discutir com a equipe e na equipe, o currículo e o processo de ensino-aprendizagem frente à realidade sócio-econômica da clientela;
- analisar com a equipe as contradições da escola e as diferentes relações que exerçam influência na aprendizagem;
- contribuir efetivamente para a melhoria do ensino e das condições de aprendizagem na escola;
- estruturar o seu trabalho a partir da análise a partir da crítica da realidade social, política e econômica do país;
- fundamentar cientificamente sua ação, buscando novas teorias a partir de sua prática.

Em consonância ao trabalho de Orientação Educacional, fui eleita por meus pares em setembro de 2011, como Coordenadora Intermediária de Orientação Educacional, atuando na Gerência de Educação Básica (GREB) da CRE – Gama, Distrito Federal, sendo essa Gerência responsável pelo trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas públicas desta cidade, assim como pontua o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) no Capítulo XVI, Seção I (2009, pg. 145) onde a GREB ainda esta denominada como NMP (Núcleo de Monitoramento Pedagógico):

Do Núcleo de Monitoramento Pedagógico

Art. 160. Compete ao Núcleo de Monitoramento Pedagógico:

- I – subsidiar a elaboração e/ou reformulação das Propostas Pedagógicas das instituições educacionais;
- II – acompanhar e avaliar as Propostas Pedagógicas das instituições educacionais, objetivando auxiliar na elaboração de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades da comunidade escolar;
- III – oportunizar o intercâmbio entre as instituições educacionais por meio de ações pedagógicas significativas, que auxiliem na construção do sucesso escolar;
- IV – monitorar e avaliar o ensino e a aprendizagem das instituições educacionais vinculadas;
- V – articular ações pedagógicas entre professores, coordenadores, equipes de Direção e CRE, assegurando o fluxo de informações;
- VI – propor intervenções pedagógicas de forma a melhorar o rendimento para promover o sucesso escolar dos alunos;
- VII – oferecer aos alunos com dificuldades de aprendizagem, condições necessárias ao pleno desenvolvimento do seu potencial;
- VIII – estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação das Orientações Curriculares da Educação Básica das instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;
- IX – promover e/ou participar de cursos, de palestras, de seminários, de oficinas e de encontros relacionados ao fazer pedagógico;
- X – divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela unidade escolar, pela CRE e pela Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional, inclusive formação continuada;
- XI – executar as atividades de coordenação pedagógica regional;
- XII – propor alterações curriculares em todas as etapas e modalidades da educação básica, em conformidade com a realidade da comunidade escolar;
- XIII – orientar os professores recém-nomeados e recém contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;

- XIV – acompanhar a implementação das estratégias interventivas para sanar os problemas de baixo rendimento, evasão escolar e repetência nas instituições educacionais vinculadas a DRE;
- XV – receber, encaminhar e acompanhar estagiários de Ensino superior;
- XVI – incentivar e orientar a implantação de laboratórios, bibliotecas e salas de leitura;
- XVII – orientar e acompanhar a escolha do livro didático;
- XVIII – coordenar e acompanhar as ações específicas dos Orientadores Pedagógicos;
- XIX – orientar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas Equipes de Atendimento/Apoio à Aprendizagem e Professoras Itinerantes;
- XX – subsidiar a prática pedagógica para atender alunos de inclusão ou com necessidades educativas especiais;
- XXI – fomentar o estudo e as discussões pedagógicas visando à formação em serviço, tais como, legislação, currículo e temas significativos nas coordenações coletivas intermediárias;
- XXII – acompanhar, in loco, o trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições educacionais.

Dentro dessas especificidades a Coordenação Coletiva Pedagógica desta Gerência é realizada semanalmente nas segundas-feiras no período matutino, com a presença de 34 Coordenadores Intermediários responsáveis, pelas diversas modalidades e serviços existentes nas escolas, juntamente com a Gerência da GREB, a fim de tratar das diferentes demandas pedagógicas oriundas das escolas da CRE Gama e também como um espaço de trocas, interação e formação continuada, conforme orienta o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Capítulo IV Seção I (2009, p. 21):

Art. 20. A Coordenação Pedagógica tem por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didático-pedagógicas, a fim de dar suporte à Proposta Pedagógica, promovendo ações que contribuam para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor.

Compreendendo a finalidade da Coordenação Pedagógica e mediante o contexto vivenciado nesta Gerência, compreender o trabalho pedagógico realizado por estes atores e suas possíveis inferências no campo escolar, podem corroborar com o espaço/tempo da Coordenação Pedagógica e consequentemente o trabalho realizado por eles junto às escolas públicas do Gama. Para garantir o rigor de uma investigação há que se conhecer a pesquisa científica, pois no contexto das instituições de educação pública do DF é comum que a demanda de trabalho e

atendimento emergencial, principalmente, no que se refere ao trabalho do Orientador Educacional sejam pontos que desfavoreçam o processo contínuo de formação e saber científico, uma vez que para isso é necessário tempo, dedicação e articulação organizada na demanda do profissional de educação.

O ser humano produz diferentes tipos de conhecimento; o conhecimento religioso e o artístico, por exemplo, são formas de conhecimento as quais não se pode aditar o adjetivo científico. Embora não haja consenso entre os autores sobre as características que diferenciariam o conhecimento científico, em termos abrangentes consideramos que tal adjetivo deva ser aplicado ao conhecimento: que é fruto do questionamento a uma área do saber; que é fruto de procedimentos passíveis de reprodução por outra pessoa; que se expõe à interlocução da comunidade de pesquisadores da área de saber em questão. [...] a elaboração do conhecimento científico é um processo de busca de respostas: a pesquisa científica tem por objetivo elaborar explicações sobre a realidade, sendo possível tanto preencher lacunas num determinado sistema explicativo vigente num momento histórico, quanto colocar em xeque dado sistema. (MOROZ e GIANFALDONI, 2006, P.16).

Para investigar as implicações e ações relacionadas ao objeto dessa pesquisa que está no campo da Pesquisa Social, foi utilizado a pesquisa qualitativa. Nesse tipo de pesquisa, André (2001, p. 4) ressalta:

[...] que os trabalhos apresentem relevância científica e social, ou seja, estejam inseridos num quadro teórico em que fique evidente sua contribuição ao conhecimento já disponível e a opção por temas engajados na prática social. Há também uma cobrança para que as pesquisas tenham um objeto bem definido, que os objetivos ou questões sejam claramente formulados, que a metodologia seja adequada aos objetivos [...], ou seja, o que cada estudo acrescentou ao já conhecido ou sabido.

Como instrumento de investigação, garantindo o rigor da pesquisa, foi utilizado o questionário, que foi respondido pelo Coordenador atual de Orientação Educacional e dois Coordenadores de Educação em Diversidade e Direitos Humanos, por sua atuação ser o objeto dessa pesquisa e o grupo focal que foi realizado com estes mesmos Coordenadores e a Gerente da GREB, a fim de investigar a relação apontada no tema da pesquisa entre esses Coordenadores e

considerar a avaliação da Gerente da GREB sobre o trabalho desenvolvido por estes. Estudiosos justificam o uso do questionário:

O questionário é um instrumento de coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito sem a intervenção direta do pesquisador. (MOROZ e GIANFALDONI, 2006, P. 78)

Ashidamini e Saupe (2004) ressaltam que o propósito do Grupo Focal seria a interação entre os participantes da pesquisa e pesquisador para a coleta de dados, a partir da discussão focada em direcionamento específico e diretivo, sendo essa metodologia largamente utilizada por profissionais em pesquisas em áreas como a saúde, educação, avaliação de programas, entre outras aplicações, ou seja, é uma forma de coleta de dados diretamente por meio da fala de um grupo, que relata suas experiências e percepções em torno de um tema.

Os dados coletados foram analisados e organizados de modo a esclarecer o problema para o qual se buscou uma resposta e conforme propõem Moroz e Gianfaldoni (2006, p. 78) “organizá-los de forma a propor uma explicação adequada àquilo que se quer investigar.”

Desse modo, como esclarece Moroz e Gianfaldoni (2006, p.85):

é de fundamental importância que o pesquisador, após ter coletado os dados que poderão responder ao problema colocado, torne-os inteligíveis. Tornar os dados inteligíveis significa organizá-los de forma a propor uma explicação adequada àquilo que se quer investigar; um conjunto de informações sem organização é de pouca serventia, daí ser importante o momento da análise de dados, quando se tem visão real dos resultados obtidos. É nesta etapa que o conjunto do material (as informações coletadas) passa por um processo de análise, termo que apresenta vários significados, dentre eles decomporem um todo em suas partes componentes, esquadrihar, examinar criticamente! (i2006, p.85).

Considerando esses aspectos, os questionários respondidos pelos três Coordenadores e a gravação obtida do debate proposto no grupo focal, foram analisados criteriosamente em relevância ao objeto de estudo e problema a ser

respondido, relacionando as informações aos estudos teóricos que subsidiaram essa pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para garantir que a escola seja um local de promoção da formação, que esta acompanhe e garanta o projeto pedagógico que norteia suas ações e que os processos e relações democráticas sejam assegurados dentro da mesma, é que se percebe as Coordenações Pedagógicas como espaço de promoção dessas vivências além de mantenedor das garantias e formação necessárias a qualidade no ensino, conforme pontua o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Capítulo IV Seção I (2009, p. 21).

Assim, a tarefa do Coordenador Pedagógico não é fácil uma vez que necessita gerenciar conflitos, gerenciar as relações interpessoais e ainda alinhar a escola de acordo com o Projeto Político Pedagógico que a norteia e também com as diretrizes orientadas pela SEDF.

No âmbito da SEDF, o espaço/tempo destinado a coordenação pedagógica é uma vitória se comparado a outros estados, pois, a partir de 1996, com o projeto de Educação intitulado Escola Candanga houve uma ampliação considerável do tempo de Coordenação, que garantiu ao professor uma jornada de vinte e cinco horas em regência de classe e quinze horas em coordenação pedagógica. (CADERNOS DA ESCOLA CANDANGA, 1996). Essa conquista histórica veio em resposta às reivindicações e lutas travadas pelos docentes em prol de maior espaço de tempo para o planejamento e formação necessários a efetivação do processo de ensino/aprendizagem.

Além da jornada ampliada, no Distrito Federal a Secretaria de Educação oportuniza por meio da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE) formação contínua e de qualidade aos seus profissionais oferecendo cursos presenciais e a distancia além de materiais que favorecem a prática pedagógica.

Em 2013 com a proposta da SEDF em implantar Ciclos de Aprendizagem em todo o ensino básico, a EAPE tem promovido formação contínua nesse sentido utilizando o tempo destinado as Coordenações Coletivas das escolas. Outro ponto relevante quanto a EAPE é que esta vem descentralizando suas atividades, criando pólos de trabalho nas Regionais de Ensino do DF a fim de minimizar os desgastes

advindos do deslocamento dos profissionais que participavam dos seus cursos de formação.

Nesse contexto, considerando os processos que oportunizam a formação continuada, as coordenações pedagógicas nas escolas podem propiciar momentos de planejamento, tomadas de decisão coletiva e construção de habilidades que favoreçam os processos transformadores da realidade escolar assim como a superação dos possíveis problemas que emperram o processo de ensino/aprendizagem e qualidade no ensino.

Considerando o Coordenador Pedagógico como principal mediador da práxis pedagógica, a Secretaria de Educação do DF no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Capítulo IV Seção I (2009, p. 21e 22) estabelece:

Art. 21. O Coordenador Pedagógico deverá:

- I - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- II - orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- III - articular ações pedagógicas entre professores, equipes de direção e da Diretoria Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações;
- IV - divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela instituição educacional, pela Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada;
- V - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;
- VI - divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas;
- VII - orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;
- VIII - propor reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas; e
- IX - propor ações educativas que visem ao avanço de estudos e a recuperação do processo de ensino e aprendizagem.

Assim o Coordenador Pedagógico com toda essa gama de atribuições, torna-se principal articulador na promoção do desenvolvimento do trabalho pedagógico na escola e na organização da rotina escolar de forma a garantir a regularidade, a contextualização e participação dos docentes nas discussões coletivas das coordenações pedagógicas, buscando momentos efetivos de aprendizagem e possíveis transformações para melhoria da qualidade da educação nas escolas.

A função primeira do coordenador pedagógico é planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição, tarefa de importância primordial e de inegável responsabilidade e que encerra todas as possibilidades como também os limites da atuação desse profissional. Quanto mais esse profissional se voltar para as ações que justificam e configuram a sua especificidade, maior também será o seu espaço de atuação. Em contrapartida, o distanciamento dessas atribuições seja por qual motivo for, irá aumentar a discordância e desconhecimento quanto às suas funções e ao seu papel na instituição escolar (PIRES, 2005, p. 182).

Reforçando o pensamento de Pires (2005), Lima e Santos (2007) discorrem a importância de o Coordenador Pedagógico conhecer bem o seu espaço de trabalho e seu papel e sua importância na construção de idéias e conhecimentos. No espaço da coordenação pedagógica traçar um caminho exitoso entre o real e o almejável é desafiador, entretanto o coordenador pedagógico pode ser um elo integrador entre ação e reflexão no espaço escolar.

[...] Outro ponto relevante, apontado como uma das dificuldades do coordenador pedagógico no desenvolvimento de seu trabalho é a definição do seu campo de atuação na escola. Assim, por não ter claro o seu papel ou mesmo tendo claro, mas abrindo mão dele por conta das crenças auto-realizadoras no interior da escola, acompanha o ritmo ditado pelas rotinas ali arraigadas. (...) Tendo a prática e o olhar de docente como referência, o coordenador enfrenta o desafio de construir seu novo perfil profissional e delimitar seu espaço de atuação. Sua contribuição para a melhoria da qualidade da escola e das condições de exercício profissional dos professores dependerá do sucesso alcançado nesta tarefa. (LIMA; SANTOS, 2007, p. 80 e 82)

O desafio de articular o trabalho pedagógico requer desse profissional atitude formativa. Neste sentido Vasconcellos (2002, p. 86-87) comenta que o coordenador:

[...] não é (ou não deveria ser): fiscal de professor, não é dedo duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc.), não é tapa buraco (que fica 'toureando' os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de 'papel'), não é de gabinete (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é dicário (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas), não é generalista (que entende quase nada de quase tudo).

Apesar dos desafios que envolvem a efetivação da coordenação pedagógica, este pode ser espaço de formação e reflexão para a construção do Projeto Político-pedagógico da escola, podendo este, nortear e dar clareza ao papel do coordenador, assim como, possibilitar uma prática mais voltada para a problematização e reflexão dos problemas levantados pelo coletivo da escola, chegando por meio da dimensão formativa à compreensão de tais problemas e possíveis caminhos para sua superação. A coordenação pedagógica pode priorizar as experiências levantadas pelos professores em sala de aula e a formação continuada como eixos norteadores da prática pedagógica na escola.

A busca da qualidade de ensino na formação básica voltada para a construção da cidadania, para uma educação sedimentada no aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser e para as novas necessidades do conhecimento, exige necessariamente, repensar a formação inicial de professores, assim como requer um cuidado especial com a formação continuada desse profissional com um olhar crítico e criativo. Essa preocupação é relevante, tendo em vista o atual contexto de reformas educacionais, que visam a dar respostas à complexa sociedade contemporânea. (...) A fim de que o cotidiano escolar se torne um espaço significativo de formação profissional é importante que a prática pedagógica seja reflexiva no sentido de identificar problemas e resolvê-los e acima de tudo, seja uma prática coletiva, construída por grupos de professores ou por todo corpo docente de determinada escola. Sendo assim, tem-se uma rica construção de conhecimento em que todos se sentem responsáveis por ela. (COSTA, 2007, p.65 e 71).

A responsabilidade apontada por Costa se reforça nos dizeres de Lima e Santos (2007, p. 84) quando pontuam que “cabe ao coordenador pedagógico, juntamente com todos os outros educadores, exercer o ofício de coordenar para

educar'... (Grifos do autor), Nesse sentido os autores enfatizam que a coordenação pedagógica possibilita as trocas e dinâmicas necessárias a aprendizagem.

Não se trata de imaginar que cabe ao coordenador sozinho realizar tantas tarefas, mas de compreender que este, estando a serviço do grupo no encaminhamento dos objetivos de buscar superação dos problemas diagnosticados, possa promover a dinâmica coletiva necessária para o diálogo. (LIMA e SANTOS, 2007, p.84).

Para promover a análise do vivido Pimenta (2009) alerta que o trabalho pedagógico escolar não é um processo natural, espontâneo ou ocasional, ele é intencional, organizado para fins específicos e por isso a necessidade da construção do espaço da coordenação pedagógica de forma a oportunizar a participação do coletivo da escola na tomada de decisão e no estabelecimento de diretrizes que não percam de vista o objetivo maior da escola que, segundo a autora, seria (...) contribuir para o processo de humanização do aluno-cidadão consciente de si no mundo, capaz de ler e interpretar o mundo no qual está e nele inserir-se criticamente para transformá-lo (...)” (2009, p.80). Isso definiria a necessidade da construção de relações democráticas em toda a estrutura educacional, de forma participativa e articulada.

O resultado que a Escola pretende - contribuir para o processo de humanização do aluno-cidadão consciente de si no mundo, capaz de ler e interpretar o mundo no qual está e nele inserir-se criticamente para transformá-lo - não se consegue pelo trabalho parcelado e fragmentado da equipe escolar - à semelhança da produção de um carro, onde um grupo de operários aperta, cada um, um parafuso, sempre da mesma maneira, conforme o que foi concluído fora da linha de montagem -, mas sim com o trabalho coletivo. Neste há a contribuição de todos no todo e de todos no de cada um. A especialização de um não é somada à especialização de outro, mas ela colabora com e se nutre da especialização do outro, visando a e por causa de finalidades comuns. O trabalho coletivo tem sido apontado por pesquisadores e estudiosos como o caminho mais profícuo para o alcance das novas finalidades da Educação Escolar, porque a natureza do trabalho na Escola - que é a produção do humano - é diferente da natureza do trabalho em geral na produção de outros produtos. (PIMENTA, 2009, p. 80)

Se a escola agrega valores culturais, é possível que os atores que atuam na escola também estejam permeados por estes valores, tanto no campo profissional, quanto nas relações interpessoais. Esses valores são ou foram apropriados nas

relações que estes atores estabelecem no campo pessoal e profissional, e, portanto entender esses processos, refletindo, coletivamente, pode colaborar com uma prática mais democrática e possivelmente mais efetiva na relação do processo de ensino/aprendizagem.

O ser humano interfere no meio ambiente não só devido ao fato de nele estar presente, mas sim em função de modificá-lo para buscar a satisfação de suas necessidades. Enquanto os demais animais agem por contigüidade, o ser humano age por intencionalidade; faz a natureza transformada o seu verdadeiro meio de vida. Mas, ao mesmo tempo em que constrói o seu mundo, constrói-se a si mesmo com as características do mundo que construiu. A ação sobre o mundo externo nos configura a esse mundo. (LUCKESI, 2007, p. 116)

Percebe-se através do exposto que a tarefa do Coordenador Pedagógico não é fácil, uma vez que a escola permeada de valores culturais, insatisfações e relações de poder, requer desse profissional habilidades gerenciais e humanas que garantam o propósito real das Coordenações Pedagógicas e a formação continua.

2.1 – Atribuições do Coordenador Pedagógico Intermediário no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Para referenciar o objeto de estudo dessa pesquisa é importante a compreensão do papel que exerce o Coordenador Pedagógico Intermediário e suas particularidades, pois este tem algumas atribuições específicas que diferenciam o seu trabalho do Coordenador Pedagógico local. Desse modo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Capítulo IV Seção I (2009, p. 22 e 23) estabelece:

Art. 23. O Coordenador Pedagógico Intermediário deverá:

- I - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da Diretoria Regional de Ensino;
- II - orientar, acompanhar e avaliar a implantação e a implementação da Proposta Pedagógica das Instituições Educacionais;
- III - apoiar e orientar os docentes no planejamento, na execução e na avaliação, inclusive das atividades diversificadas;

- IV - acompanhar e avaliar, junto ao coordenador da instituição educacional, o processo pedagógico, a dinamização dos Temas Transversais, garantindo a interdisciplinaridade e a contextualização, e propor o redimensionamento necessário, em articulação com as Diretorias da Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional;
- V - participar de reuniões de estudo e de troca de experiências com os demais coordenadores;
- VI - desencadear ações, visando à formação profissional dos professores, tais como: reuniões, palestras, debates, seminários e eventos;
- VII - criar condições e orientar a produção e a utilização de materiais de ensino e de aprendizagem, inclusive material alternativo, bem como estimular e divulgar experiências pedagógicas bem sucedidas, desde que autorizadas pelo idealizador;
- VIII - elaborar relatório das atividades desenvolvidas e encaminhá-lo, bimestralmente, e também quando solicitado, ao diretor que, após análise e pronunciamento, fará seu encaminhamento à Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional; e,
- IX - atender às instituições educacionais que não dispuserem de Coordenador Pedagógico;
- X - acompanhar os resultados do Sistema de Avaliação do Desempenho das Instituições Educacionais do Sistema de Ensino do Distrito Federal – SIADE e promover atividades que visem à melhoria dos mesmos.

Desse modo fica claro o papel deste coordenador de intermediar as políticas adotadas pela SEDF e dar suporte as escolas e profissionais a ela inerentes tanto nas questões administrativo/pedagógicas como propiciar atividades que favoreçam a formação e reflexão.

2.2 - O Trabalho Coletivo no âmbito das Coordenações de Orientação Educacional e Educação em Diversidade E Direitos Humanos

Os Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos assim como define o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Capítulo IV Seção I (2009, p. 23 e 24) Art. v – devem participar de reuniões de estudo e de troca de experiências com os demais coordenadores intermediários que atuam na GREB. Assim é possível através das experiências trocadas fazer um paralelo do

trabalho exercido por estes dois coordenadores em seu campo de atuação considerando os pontos convergentes de trabalho. A saber, a função do Coordenador Intermediário de Orientação Educacional pode ser exercida por um ou mais Orientadores Educacionais e deve ser escolhido pelos seus pares que atuam nas instituições educacionais sendo inerente ao Orientador Educacional:

A prática da Orientação Educacional deve estar vinculada às questões pedagógicas e ao compromisso ético de contribuir na construção de uma escola democrática, reflexiva e cidadã (Balestro, 2005), conforme enfatizado até o momento neste documento. Essa prática exige competência em organização para que o processo educacional flua de forma clara, transparente e comprometida, considerando a realidade escolar, a modalidade e as etapas de ensino nas quais o/a Orientador/a Educacional atua. (OP. Serviço de Orientação Educacional, 2010, pg. 26)

O Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Capítulo IV Seção II (2009, p. 24) estabelece:

Art. 26. A Orientação Educacional integra-se ao trabalho pedagógico da instituição educacional e da comunidade escolar na identificação, na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do aluno, tendo como pressupostos o respeito à pluralidade, à liberdade de expressão, à orientação, à opinião, à democracia da participação e à valorização do aluno como ser integral.

Parágrafo único. A Orientação Educacional está sob a responsabilidade de profissional habilitado para a função na forma da lei.

Relacionando o trabalho do Orientador Educacional com o trabalho realizado pelos Coordenadores de Educação em Diversidade e Direitos Humanos, há pontos congruentes uma vez que esses profissionais também atuam de modo a favorecer as relações democráticas na escola, a reflexão e superação de conflitos, principalmente no que se refere ao respeito e igualdade, pautada na promoção dos Direitos Humanos e respeito às questões étnicos/raciais. Assim como define as Orientações Pedagógicas Artigo 26 A da LDB (2012, pg. 10) que norteia o trabalho destes coordenadores:

O objetivo geral deste documento é orientar a implementação do Artigo 26-A da LDB, (Leis 10639/2003 e 11645/2008), promovendo a igualdade étnico-racial na Educação básica do Distrito Federal.

Sendo assim, é comum que estes profissionais atuem em momentos/situações comuns na escola, articulando coletivamente algumas ações no que se refere sobre mediação de conflitos e violação de direitos, assim como junto aos alunos sob medidas protetivas e sócio-educativas e também em situação de vulnerabilidade social.

3 ANÁLISE DE DADOS

Para compreender a prática docente e como se dá a aprendizagem, a indagação e pesquisa necessariamente devem permear o trabalho do professor. Assim, por meio dessa pesquisa buscou-se compreender o contexto vivenciado na formação continuada organizada e planejada pela GREB do Gama, realizada no espaço tempo da coordenação pedagógica e suas possíveis contribuições para o trabalho desenvolvido pelas coordenadoras intermediárias que atuam com Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos.

As informações obtidas por meio do questionário e do grupo focal possibilitaram análises sobre a formação continuada e o trabalho realizado pelos dois coordenadores de Educação em Diversidade e Direitos Humanos e do Coordenador de Orientação Educacional.

Dos três coordenadores pesquisados dois responderam o questionário integralmente e um parcialmente, os três participaram do grupo focal e também a gerente da GREB. Os dados analisados sob o norte do referencial teórico possibilitaram organizar informações relevantes ao objeto da pesquisa, conforme nos mostra o Gráfico I, (Questão 1 do Apêndice A):

GRÁFICO I



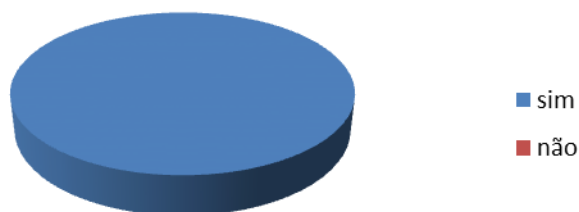
Fonte: Dados da pesquisa organizados pela pesquisadora¹

¹ Todos os gráficos foram elaborados pela pesquisadora.

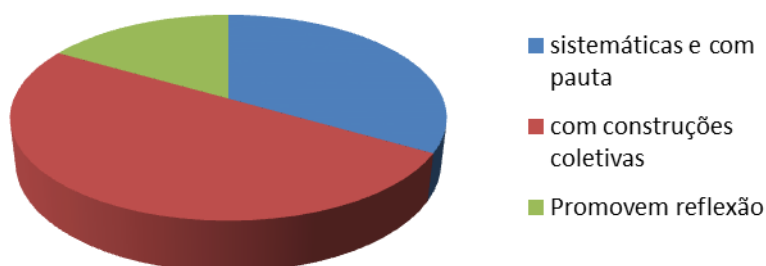
Os Coordenadores pesquisados descreveram a formação continuada como um momento de estudo, capacitação e aprendizagem para subsidiar a prática pedagógica. “... *algo que ocorre no sentido de subsidiar a prática pedagógica e que deve ser contínua e não estanque,*” (Cleison). “*Momentos em cursos ou estudos locais que possibilitem novas aprendizagens profissionais,*” (Marizeth). “*Estudos e capacitação para o aperfeiçoamento profissional,*” (Paulo Henrique).

GRÁFICOS II, III e IV

**As coordenações na GREB
proporcionam formação
continuada**



**Como ocorrem as Coordenações
Pedagógicas da GREB**



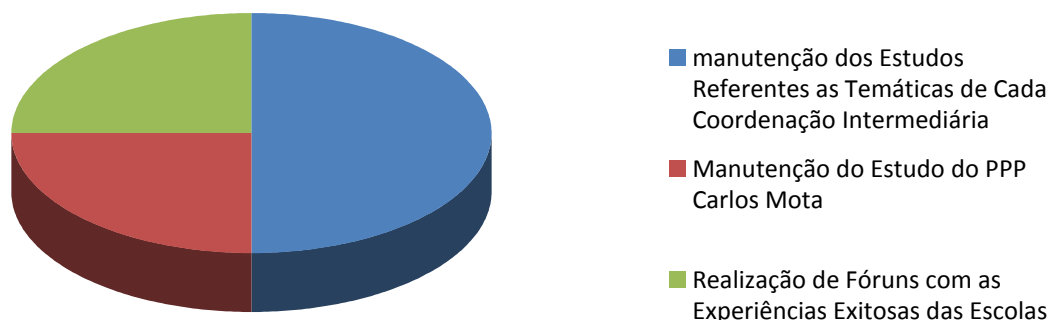


No contexto das coordenações Pedagógicas da GREB e a contribuição com a formação continuada (Questões 2,3 e 4) do Apêndice A para os três coordenadores pesquisados apresentaram respostas em que foi percebido a problematização e trabalho coletivo nas coordenações da GREB.

Os três coordenadores entrevistados foram unânimes em afirmar que a coordenação pedagógica tinha um enfoque formativo e de construção coletiva e que colaborava com o trabalho individual dos mesmos. Cleison comentou que *“no espaço da Coordenação Pedagógica estudamos, discutimos, lemos, compartilhamos, propomos e construímos saberes e práticas”*. Paulo Henrique acrescentou: *“as Coordenações proporcionam um ambiente de estudos acerca de diferentes temáticas, o qual contribui de forma significativa para o aperfeiçoamento profissional,”* e Marizeth complementou *“[...] por meio dos momentos de socialização das temáticas das diversas Coordenações muitas aprendizagens ocorrem”*.

GRÁFICO VI

**Sugestões sobre Ações na Coordenação
Pedagógica que colaborariam com os
Processos Transformadores da Realidade
Escolar**



Analisando as respostas dos Coordenadores a esse item (Questão 4.1 do Apêndice A), percebe-se a importância dada por estes aos estudos realizados nas Coordenações deixando claro o desejo que estes momentos se perpetuem e possam abranger ações maiores voltadas para as escolas e suas práticas. Desse modo a construção coletiva da Coordenação havendo a colaboração do grupo nas sugestões e pontos a serem discutidos na próxima coletiva, dá a estes momentos, maior efetividade formativa e corrobora com o trabalho coletivo e desejo de formação que deve ser inerente ao professor.

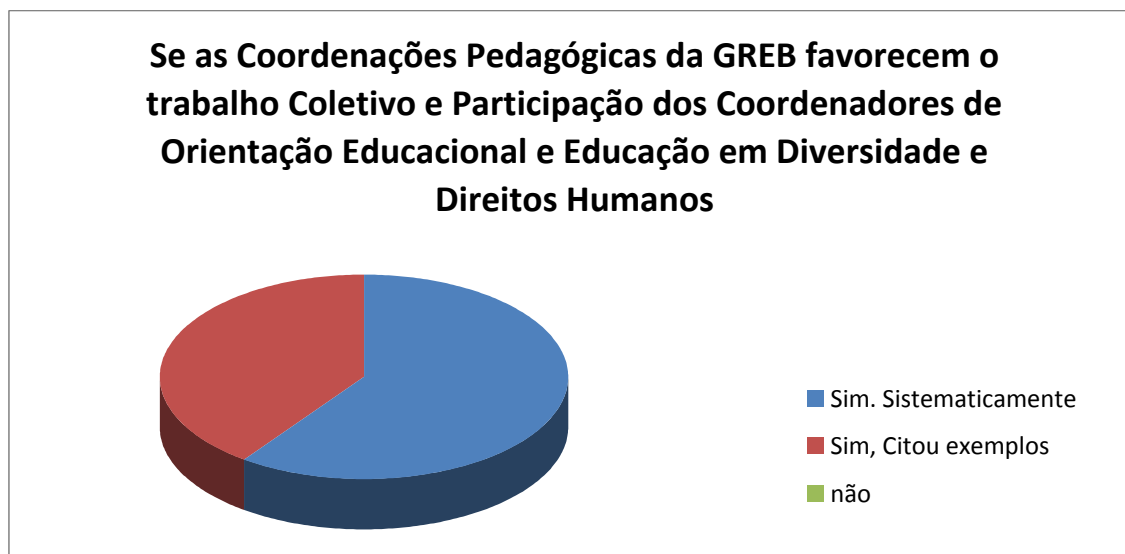
Aprender a fazer, no e para o espaço pedagógico, consiste numa leitura da realidade, extraindo-lhe as informações necessárias para uma intervenção sistematizada e intencional por meio dos veículos mais apropriados e coerentes com as solicitações do meio “lidas” na escola. (LIMA, 2010, p. 20).

Algumas considerações pontuadas pelos coordenadores reforçou a manutenção dos processos formativos já existentes nas coordenações pedagógicas da GREB como explica Marizeth:

gostaria que fosse mantido ao longo do ano, o estudo das temáticas de cada Coordenação Intermediária.” Paulo Henrique destaca “é

importante manter o estudo do Projeto Político Pedagógico Carlos Mota de modo que possamos nos apropriar das orientações nele contidas colaborando com a prática pedagógica nas escolas.” “Gostaria que ocorressem fóruns, pelo menos semestrais, para que as escolas expusessem suas experiências inovadoras e de sucesso.

GRÁFICO VI



Analisando as respostas ao questionário, nas questões de 5 a 8, sobre as construções coletivas na coordenação pedagógica e também analisando o debate realizado no grupo focal é possível perceber que há nesse espaço compartilhamento de experiências e reflexão coletiva, uma vez que as estratégias e ação são amplamente discutidas pelo grupo. Esse enfoque permite avanços na organização do trabalho e sistematização das ações de modo a contribuir com as práticas pedagógicas. As coordenações pedagógicas pela maneira descrita pelos entrevistados geram trabalho coletivo, comprometimento e sentimento de pertence nesse grupo. Nesse sentido Lima e Santos (2007, p.85) dizem:

É no sentido de tessitura que se constrói o trabalho pedagógico, mas a partir e por meio de muitas mãos. Neste sentido, a ação coletiva de administração de conflitos e encaminhamentos poderá ter um direcionamento mais coeso e prudente, respondendo sem omissão às recorrências da escola e seus pares, quer sejam políticas, profissionais e/ou de outra índole.

Pelas experiências descritas se percebe a importância da ação/reflexão, e da problematização coletiva para superação de conflitos e operacionalização do trabalho. A postura dos entrevistados diante da importância do trabalho coletivo e formação continuada no espaço/tempo das coordenações pedagógicas confirma, o que Vasconcelos (2008 p.122-123), discorre sobre a formação quando diz: “não se dá necessariamente a priori: pode se dar antes (reflexão para a ação), durante (reflexão na ação) e após (reflexão sobre a ação e sobre a reflexão para e na ação)”.

Sobre as Coordenações Pedagógicas da GREB favorecerem o trabalho coletivo das duas coordenações que são objetos desse estudo, os entrevistados foram unânimes em dizer que sim. Marizeth *aponta que*

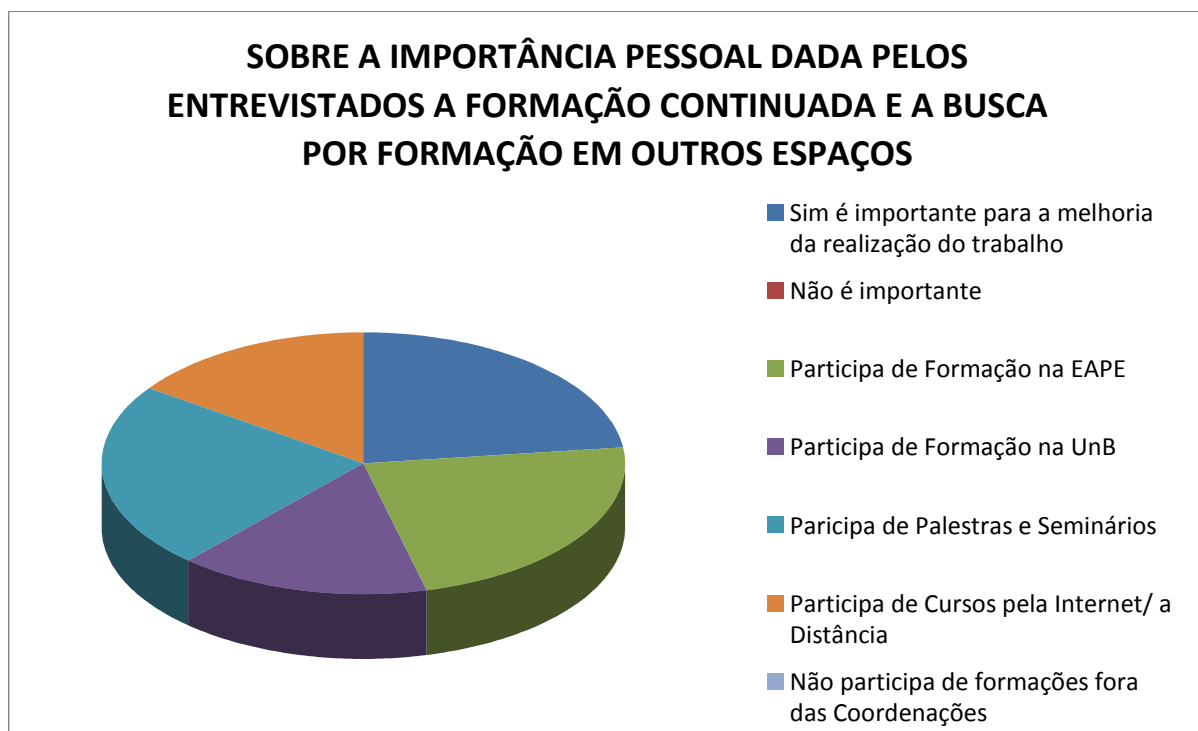
diversas questões tratadas pelo SOE estão ligadas também aos direitos humanos, logo toda ação e estudos com essas temáticas podem ser feitos em parceria, como por exemplo: Abuso e exploração Sexual, bullying, racismo, violência doméstica, homofobia, prevenção ao uso de drogas, trabalho infantil, etc. Ressalto que em 2012 essas Coordenações Intermediárias fizeram um belo trabalho de parceria.

Cleison destaca que:

É importante ressaltar que apesar da sistematização e direcionamento, as Coordenações Intermediárias são autônomas e não estão isoladas umas das outras... essas duas acabam se articulando mais devido aos trabalhos e temáticas que as envolvem que são comuns. Na pauta das Coordenações Pedagógicas está sempre previsto um espaço de tempo para que as C.I. exponham seus trabalhos. A pauta é informada antecipadamente por e-mail, havendo assim a possibilidade de que nos posicionemos.

Sobre exemplo de ações coletivas entre as duas Coordenações impulsionadas por discussões que aconteceram na Coordenação Pedagógica, foi citado: Ação caminhada sobre o Dia 18 de maio (Dia nacional de Combate a Exploração Sexual de Crianças e adolescentes), II Mostra Cultural Afro-brasileira do Gama, Palestra sobre Violência na Escola, Pedalada Contra a Pedofilia, Mediação de Conflitos.

GRÁFICO VII



Nas questões de 9 a 10 os entrevistados responderam sobre a formação pessoal e também pontuaram alguns fatores que corroboram com esse processo, como o acompanhamento realizado pela gerente da GREB ao trabalho dos Coordenadores Intermediários, a importância da atualização e competência para acompanhar as demandas da escola que não são estanques e são análogas a realidade social e política da região onde a escola esta inserida e desenvolver uma prática capaz de contribuir com a melhoria da qualidade da educação e índices de aprendizagem, que é um dos pontos atribuídos as funções da GREB segundo o Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, como citado anteriormente. Nesse sentido Lima destaca:

Observa que quando o saber-fazer parte de uma concepção sensível da realidade, onde figura como o mais importante à possibilidade de se trabalhar a intervenção pedagógica pela necessidade do grupo, pela identificação das manifestações que impactam mais de uma forma significativa estudantes e professores, não necessariamente somente causa prazer no clima organizacional da escola, mas

promove a reflexão, o desafio, à significação da trajetória histórica em que vivem e desta, numa contextualização social, da qual a escola não está à margem. (LIMA, 2010. p. 21.)

Cleison vivencia a formação para além da formação inicial:

Acredito que minha formação principal não é o suficiente e não é conclusiva, por isso preciso estar constantemente me atualizando...participo de encontros, oficinas e de colóquios [...] também faço formações na EAPE, além de participar do programa de pós-graduação (doutorado) em geografia da UnB, com a intensão de contribuir com a melhoria da educação.

O que também é confirmado por Marizeth ao dizer que:

Participo de cursos pela internet, EAPE, UnB, porque só as coordenações pedagógicas da GREB não são suficientes para atender todas as necessidades específicas da minha Coordenação(...) o conhecimento não é estático, por isso preciso acompanhar os avanços que vão ocorrendo(...) estar atualizado é essencial para a qualidade na educação."

Nesse ponto Paulo Henrique conclui dizendo que *"todo professor precisa estar constantemente se atualizando, a formação continuada tem me capacitado para o meu trabalho e para as dificuldades diárias que esta área de atuação gera."*

Segundo os coordenadores entrevistados o acompanhamento pela gerente da GREB ocorre por meio dos registros na agenda diária, socialização do trabalho nas coordenações Pedagógicas e conversas individuais. Cleison diz:

quero destacar que há muita interação entre as Coordenações Intermediárias e que nos últimos anos, temos trabalhado de forma Inter setorial, com a comunicação com outros órgãos públicos que compõem a rede de apoio social, isto tem facilitado bastante o trabalho da C.I. de Diversidade e Direitos Humanos.

Voltando a análise especificamente para o grupo focal onde a letra e vídeo da música do cantor e compositor Gabriel o Pensador – Estudo Errado, e o texto - A

escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil de Juarez Dayrell serviram como provocação para o debate e questionamentos sobre a importância das Coordenações Pedagógicas, formação e trabalho coletivo entre os Coordenadores de Orientação Educacional e Educação em diversidade e Direitos Humanos são importante ressaltar que o grupo percebe as inquietações e insatisfações dos alunos frente à realidade da escola, e que a formação e estratégias de trabalho coletivo podem favorecer mudanças nesta realidade, uma vez que a GREB atua diretamente com gestores e Coordenadores Pedagógicos das escolas.

Outro fator importante apontado pelo grupo é o estudo do currículo que está acontecendo tanto a nível central, intermediário e local na SEDF, uma vez que este estudo e reflexão sobre o currículo pode dinamizar a prática pedagógica e a avaliação da aprendizagem. Podendo até mesmo ser excluídas do currículo matérias consideradas pelos professores como **peso morto**. Cleison alerta para a necessidade de reflexão crítica, pautada em fundamentação que promova mudanças no olhar:

A escola para mim é um espaço de promoção de cidadania, mas só que pelas queixas dos alunos e como a própria música coloca muitas vezes ela tem sido mero espaço de reprodução dos conteúdos, a promoção da cidadania e desenvolvimento do ser integral é uma das bandeiras da Coordenação de Diversidade e Direitos Humanos e enquanto não houver uma reflexão e mudança de postura do professor que diz respeito a promoção de cidadania a escola continuará a ser espaço de robotização e menos de cidadãos.

Marizeth comenta a necessidade de mudança do olhar para os estudantes:

A escola tem duas formas de receber o aluno, como ser que tem uma história e precisa que essa história esteja agregada ao currículo e por isso a Coordenação de Diversidade e Direitos Humanos existe, pois a história de vida dos mais desfavorecidos geralmente não é levada em conta no currículo das escolas, principalmente os aspectos culturais e se isso não acontece a escola aí trabalhar com o aluno de forma impositiva, como se ele não tivesse nada, nenhuma bagagem.

As falas evidenciam o que Dayrell (p. 1124, grifo da autora) diz:

Para grande parte da juventude brasileira, aquela que de alguma forma foi excluída antes de concluir o ensino básico, parece que a experiência escolar pouco contribuiu e contribui na construção da sua condição juvenil, a não ser pelas lembranças negativas ou, o que é também comum, pela sensação de incapacidade, atribuindo a si mesmos a “culpa” pelo fracasso escolar, com um sentimento que vai minando a auto-estima. Esses jovens já vivem sua juventude marcadas pelo signo de uma inclusão social subalterna, enfrentando as dificuldades de quem está no mercado de trabalho sem as certificações exigidas.

O Coordenador de Orientação Educacional disse ser comum nas coordenações com os Orientadores a dificuldade encontrada por estes no trabalho nas escolas uma vez que é comum o aluno ser responsabilizado pelo fracasso, ser acusado de desinteressado e não se levar em conta que a educação é um processo com dois eixos o ensino e a aprendizagem. Segundo ele o estudo do currículo tem sido um momento importante para a reflexão de pontos favorecedores da cidadania como o trabalho inclusivo, educação do campo e a própria diversidade. Em sua fala o coordenador ainda citou uma palestra que assistiu do autor Miguel Arroyo onde este abordava aspectos do fracasso escolar e o excesso de conteúdos “mortos” no currículo.

A gerente reafirmou as falas dos coordenadores e evidenciou o trabalho coletivo realizado por estes coordenadores, defendendo que a presença dos coordenadores nas escolas acompanhando o trabalho pedagógico é uma meta de todas as coordenações da GREB e tem favorecido o trabalho desta e apontado caminhos aos problemas enfrentados pelas escolas.

CONSIDERAÇÕES

Ficou assim evidenciado tanto no questionário quanto no grupo focal, que os pesquisados concebem a formação continuada como um instrumento importante e fundamental para a construção de uma prática democrática e reflexiva, e também que as coordenações promovidas pela GREB têm cumprido essa função de modo que a linha de trabalho entre a Coordenação de Orientação e Diversidade e Direitos Humanos com suas congruências favorecem o trabalho coletivo e transformador da realidade escolar.

Ficou claro também que apesar do trabalho que realizam, essa não é uma tarefa fácil, posto que a demanda de trabalho na GREB e a própria dinâmica da SEDF, muitas vezes desfavorecem a organização prévia do trabalho, pois é comum nessas coordenações serem chamadas para **apagar incêndios** na escola e algumas vezes receberem demandas da SEDF que interrompem o que já estava programado.

Em unanimidade os pesquisados ressaltaram que as Coordenações na GREB favorecem a formação e a reflexão muito mais que os momentos de coordenação nas escolas, uma vez que a dinâmica e demanda de trabalho nas escolas, muitas vezes impedem que a Coordenação Pedagógica cumpra sua real função.

Em relação à pergunta inicial dessa pesquisa sobre como a formação continuada, realizada nas coordenações pedagógicas semanais da GREB, poderia favorecer o trabalho coletivo entre o Coordenador Intermediário do Serviço de Orientação Educacional e dos Coordenadores da Educação em Diversidade e Direitos Humanos, quais implicações esse trabalho coletivo poderia trazer a essas coordenações intermediárias e se essas ações poderiam colaborar com a reflexão crítica e processos transformadores da realidade escolar, as respostas foram positivas e demonstram que a formação e trabalho coletivo são instrumentos importantes para o sucesso da prática pedagógica.

As implicações advindas dessa pesquisa levam a novos questionamentos como: Quais as principais diferenças na dinâmica das Coordenações Pedagógicas locais e Intermediárias e também um aspecto importante a ser considerado: se a

sistematização e organização das Coordenações coletivas da GREB Gama é a mesma utilizada nas outras treze Gerências Regionais de Educação Básica.

Assim conclui-se que a educação deve estar pautada tanto nas concepções teóricas apontadas por estudiosos, como vinculada a formação continua, revelando e considerando os aspectos sociais do espaço onde a escola está inserida, podendo estes aspectos auxiliar o planejamento, a organização e as melhorias necessárias ao sucesso do processo de ensino/aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Buscando rigor e qualidade** – CAD. Pesqui. Nº 113 São Paulo 2001.
- ASCHIDAMINI, I.M.; SAUPE, R. **Grupo focal estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico**. Revista Cogitare Enfermagem, v.9, n.1, p. 9 -14, 2004.
- COSTA, Nadja Maria de Lima. **A Formação contínua de professores** – novas tendências e novos caminhos, 2007. *NOVOS CAMINHOS*.
- DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educ. Soc., out. 2007, vol.28, no.100, p.1105-1128. ISSN 0101-7330.
- Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300022&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino**. Diário Oficial do Distrito Federal. Nº 240, de 14 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/402/00002676.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1994.
- GATTI, Bernardete A. **Formação de Professores: condições e problemas atuais** - Fundação Carlos Chagas, **Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP ISSN 1984-5332 - Vol. 1, n. 1, p.90-102, Maio/2009** - Chagas/Fundação Vitor Civita, São Paulo, 2008, vol.1 e2. Disponível em: www.fcc.org.br. Acesso em XX de XX de 2012.
- GRINSPUN, Mirian P. S. Z. **O espaço filosófico da Orientação Educacional na Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- LIMA, Paulo Gomes. **Formação de Professores: por uma ressignificação do trabalho pedagógico da escola**. Editora EDUFGD, 2010.
- LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. **O coordenador pedagógico na educação básica – desafios e perspectivas**. Educare et Educare, Revista de Educação. (2007.)
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Monica Helena T. A. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Liber Livros Editora, 2006.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola**. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_16_p078-083_c.pdf. 2009.
- _____. Selma Garrido. **Formação de Professores: identidade e saberes da docência**. In: PIMENTA (org.) Saberes Pedagógicos e Atividade Docente. São Paulo: Cortez 1999.

PIRES, Ennia Débora Passos Braga. **A prática do coordenador pedagógico – limites e perspectivas**. Dissertação, (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de Aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

Sites consultados:

<http://revistaescola.abril.com.br/pdf/coordenacao-formacao.pdf>

Orientação Pedagógica - Serviço de Orientação Educacional. **2010**. Publicações. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br>. Acesso em 2010.

Orientações Pedagógicas – **História e cultura Afro-Brasileira e Indígena** (Artigo 26 A da LDB). Disponível em: <http://www.se.df.gov.br>. Acesso em 2012.

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO EM
DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS E DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL DA
GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA CRE – GAMA**

**Universidade de Brasília
Faculdade de Educação**

Este questionário faz parte de uma pesquisa, que resultará na produção de uma monografia sobre **Como a formação continuada nas coordenações semanais da Gerência de Educação Básica do Gama (GREB) favorece o trabalho coletivo entre o Coordenador Intermediário do Serviço de Orientação Educacional e dos Coordenadores de Educação em Diversidade e Direitos Humanos** para o curso de Especialização em Coordenação Pedagógica – realizado pela Escola de Gestores da UnB e Secretaria de Educação do Distrito Federal. As informações obtidas têm o objetivo de coletar dados para responder a questão investigada. Sua contribuição torna-se fundamental! Responda revelando a realidade que vivencia! As informações obtidas serão mantidas em sigilo.

Obrigada pela sua colaboração,

Lílian Alessandra Sant'Ana Soares Póvoa

1. O que você entende por formação continuada? Justifique.

-
-
2. A partir do que você entende por formação continuada, você considera que as Coordenações Pedagógicas da Gerência de Educação Básica - GREB trazem contribuição a sua formação? Justifique.

3. Descreva como acontecem as reuniões de Coordenação Pedagógica que ocorrem na GREB.

4. Quais as situações de formação continuada proposta pela Coordenação Pedagógica da GREB proporcionaram-lhe reflexão e mudança. Exemplifique:

- Quais as ações você gostaria que ocorresse na Coordenação Pedagógica da GREB, para colaborar com o processo de reflexão crítica e processos transformadores da realidade escolar? Justifique.

5. As Coordenações Pedagógicas da GREB favorecem a interação e trabalho coletivo entre a Coordenação de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos? Cite um exemplo.

6. As Coordenações Pedagógicas na GREB são construídas coletivamente? Como você vê a participação do grupo de Coordenadores junto a Gerência da GREB?

7. Você, enquanto Coordenador Intermediário atuando na GREB, tem contribuído para que a Coordenação Pedagógica favoreça a formação continuada? De que forma?

8. Cite um exemplo de uma situação ou discussão que aconteceu na Coordenação Pedagógica da GREB, que favoreceu uma ação coletiva entre os Coordenadores de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos? Justifique.

9. Além do Espaço da Coordenação Pedagógica na GREB, você busca formação em outros espaços? Quais e por quê?

10. Por que você busca a formação continuada?

Como a Gerente da GREB tem acompanhado o trabalho realizado na sua Coordenação?

Acrescente algo que você considera importante sobre o tema discutido?

Obrigada por suas informações!

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL FORMADO POR CINCO PARTICIPANTES SENDO ELES: DOIS COORDENADORES DE EDUCAÇÃO EM DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS, UM COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, A GERENTE DA GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA CRE – GAMA E A PESQUISADORA.

Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Pensando nas queixas que os alunos fazem nas escolas, junto aos orientadores e professores e as que estes compartilham na coordenação Pedagógica nas Escolas e na Coordenação do Serviço de Orientação Educacional, preparei um roteiro reflexivo baseado em discussões que já fizemos nas Coordenações Pedagógicas da GREB usando a letra e vídeo da música do cantor e compositor Gabriel o Pensador – Estudo Errado, e o texto - *A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil de Juarez Dayrell*. Este roteiro objetiva uma reflexão e debate sobre os aspectos mostrados na música e texto sobre a prática pedagógica nas escolas e possíveis contribuições a estas, na ótica do trabalho realizado pelas Coordenações de Orientação Educacional e de Educação em Diversidade e Direitos Humanos, devido a estes coordenadores atuarem diretamente na promoção e valorização do aluno. A Gerente da GREB participará desse debate por ser a responsável pelo trabalho realizado nessas duas coordenações. A Contribuição de cada participante é fundamental para revelar a realidade que vivencia! As informações debatidas serão mantidas em sigilo.

Lílian Alessandra Sant'Ana Soares Póvoa

Para grande parte da juventude brasileira, aquela que de alguma forma foi excluída antes de concluir o ensino básico, parece que a experiência escolar pouco contribuiu e contribui na construção da sua condição juvenil, a não ser pelas lembranças negativas ou, o que é também comum, pela sensação de

incapacidade, atribuindo a si mesmos a “culpa” pelo fracasso escolar, com um sentimento que vai minando a auto-estima. Esses jovens já vivem sua juventude marcadas pelo signo de uma inclusão social subalterna, enfrentando as dificuldades de quem está no mercado de trabalho sem as certificações exigidas. (DAYRELL, p. 1124)

Tema: Como a formação continuada nas coordenações semanais da Gerência de Educação Básica do Gama (GREB) favorece o trabalho coletivo entre o Coordenador Intermediário do Serviço de Orientação Educacional e dos Coordenadores de Educação em Diversidade e Direitos Humanos.

Objetivos:

- Refletir sobre os desafios e perspectivas do Serviço de Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos nas escolas, junto a professores e alunos.
- Construir contribuições para o espaço da Coordenação Pedagógica da GREB a partir das Reflexões construídas pelo grupo.

1º Momento: Assistir vídeo da música – Estudo Errado – Gabriel o Pensador

Discussão do vídeo:

1- A partir do vídeo “Estudo Errado”, reflita se há uma relação entre o exposto na música e as queixas feitas pelos alunos nas escolas. Se há uma relação, pontue quais as possíveis intervenções no campo da Orientação Educacional e Educação em Diversidade e Direitos Humanos poderiam contribuir para transformar essa realidade que está posta?

2- No espaço/tempo da coordenação Pedagógica da GREB quais encaminhamentos e ações poderiam contribuir com as escolas para lidar com esses desafios?

- Como a Coordenação de Orientação Educacional e Educação em diversidade e Direitos Humanos pode contribuir coletivamente com essa realidade?
- Como você enquanto Gerente da GREB percebe o trabalho da Coordenação de Orientação Educacional e Educação em diversidade e Direitos Humanos? Há interação entre elas?
- Você acredita que esse momento de reflexão pode contribuir com mudanças na prática dos Coordenadores Intermediários de Orientação Educacional e Diversidade e Direitos Humanos? Como?
- Você gostaria de acrescentar algo a respeito dos assuntos discutidos?
- Cada um tem 5 minutos para considerações finais sobre o tema.

Obrigada por sua Participação!